



## ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS: UM DESAFIO DIDÁTICO

Gilma Alves Ferreira <sup>1</sup>  
Ana Carolina de Aguiar Braga <sup>2</sup>  
Valéria de Araújo Lima <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por intuito investigar como se dá a alfabetização de crianças surdas, a partir dos desafios didáticos e metodologias utilizadas por um professor em uma escola da rede pública estadual de ensino da cidade de Campina Grande/PB. Para isso, foi necessário introduzir a história do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras); discutir o conceito de alfabetização e letramento, interligando com a especificidade do processo com alunos surdos; e, por fim, apresentar uma entrevista realizada com um professor alfabetizador de crianças surdas. A pesquisa tem natureza qualitativa e a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, no intuito de levantar os estudos existentes sobre a temática, bem como a pesquisa exploratória, utilizando como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Concluímos que a falta de materiais propícios para a alfabetização de surdos é um dos principais desafios existentes.

**Palavras-chave:** Libras, Alfabetização de surdos, Educação inclusiva, Surdez.

### INTRODUÇÃO

Formar professores alfabetizadores ainda é um desafio encontrado pelas instituições de ensino superior, tendo em vista que não há fórmulas prontas e técnicas completamente eficazes de alfabetização. Nas últimas décadas, os documentos que conduzem a educação nacional passaram a guiar o educador para a necessidade de conscientização sobre as realidades (cognitivas, afetivas, econômicas, culturais e sociais) presentes no cotidiano escolar e como essas exercem considerável influência no processo de aprendizagem dos indivíduos em qualquer etapa do ensino.

Apesar da formação de alfabetizadores estar pautada cada vez mais no olhar de empatia sobre as vivências do aluno, poucos passos foram dados para a formação de professores alfabetizadores de discentes com deficiência. Tal realidade por vezes tem sido deixada de lado nas discussões sobre o processo de alfabetização e letramento

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, gilmaaf\_28@hotmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ana17red@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, valeriaaraujo.uni@gmail.com.



Destarte, o objetivo geral do presente artigo é investigar como se dá a alfabetização de crianças surdas, a partir dos desafios didáticos e metodologias utilizadas em uma escola de rede pública estadual de ensino da cidade de Campina Grande/PB. Os objetivos específicos são: introduzir a história do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras); discutir o conceito de alfabetização e letramento, interligando com a especificidade do processo com alunos surdos; e, por fim, apresentar uma entrevista realizada com um professor alfabetizador de crianças surdas.

A pesquisa tem natureza qualitativa, pois não pretendemos expor dados numéricos a respeito da alfabetização de crianças surdas. Foram utilizadas duas metodologias de pesquisa ao decorrer do trabalho: 1) pesquisa bibliográfica, no intuito de entender como se deu o ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras) historicamente e levantar os estudos existentes sobre a temática; 2) pesquisa exploratória, na qual a coleta de dados foi feita através de entrevista semiestruturada, caracterizada pela existência de um roteiro elaborado previamente que guia o diálogo, mas não o delimita.

O texto divide-se da seguinte forma: breve histórico do ensino de libras no Brasil; alfabetização de surdos e a perspectiva do letramento, onde foi discutido o conceito de alfabetização e letramento, assim como os desafios encontrados no ensino com surdos; e, por fim, recursos e metodologias didáticas para pessoas com deficiência auditiva, onde foi apresentada a entrevista realizada com um professor alfabetizador de crianças surdas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa classifica-se como de natureza qualitativa, haja vista que essa trabalha “com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2001, p.22). Buscou-se, nesse artigo, analisar uma realidade do campo escolar a partir do diálogo com um agente desse espaço e não por meio de estatísticas.

Foram utilizadas duas metodologias ao decorrer da pesquisa, sendo essas:

1) Pesquisa bibliográfica. Conforme Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica “possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (LIMA, MIOTO, 2007, p.40 apud GIL, 1994).

2) Pesquisa exploratória, utilizando a técnica de coleta de dados da entrevista semiestruturada. Ribeiro (2008) apresenta que a entrevista é “a técnica mais pertinente quando



o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer suas atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento” (apud JÚNIOR, JÚNIOR, 2011, p. 239).

A entrevista que iremos analisar foi realizada com um professor alfabetizador de crianças surdas da rede pública estadual de ensino da cidade de Campina Grande/PB que a escola em questão possui um ensino totalmente direcionado para alunos surdos, deficientes auditivos e deficiências associadas. A entrevista foi realizada em Outubro de 2019 e, neste ano, o professor atuava em uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental com crianças entre 7 e 9 anos de idade.

## **BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE LIBRAS NO BRASIL**

A Língua de Sinais chegou ao Brasil, para Menezes (2006), em primeiro momento no Rio de Janeiro, no governo do imperador Pedro II, durante a colônia portuguesa, em 1856. Já o marco de origem da Libras se orienta pela chegada do alfabeto manual e outros sinais trazidos pelo conde francês Ernest Huet, que foi uma pessoa surda.

Em 1857 foi fundado o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, primeiro órgão nacional a funcionar como espaço de ocupação de pessoas surdas e mudas para realização de trabalhos. Atualmente em tal espaço funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). No ano de 1873, foi idealizada no Brasil, por Flausino José da Gama, aluno surdo, a criação dos primeiros símbolos relacionados aos sinais, ou iconografia, unindo Língua de Sinais Francesa com a Língua de Sinais Brasileira antiga, já usada pelos surdos das várias regiões do Brasil.

Segundo Soares (1999), em meados do século XVI, Gerolamo Cardano "propôs um conjunto de princípios que prometia uma ajuda educacional e social para os deficientes auditivos, afirmando que podiam ser pensantes e poderiam aprender e o melhor seria por meio da escrita" (p. 220). A afirmação sobre a capacidade de aprendizagem de pacientes surdos se deu através de diversas avaliações feitas por Cardano em pessoas surdas que possuíam distintos contextos com a deficiência. Foi a partir desses estudos que Soares (1999) marca o surgimento dos primeiros educadores de surdos.

Lacerda (1998), expõe que em 1878 foi realizado o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, nesse evento eles conseguiram importantes conquistas como o direito de assinar seu nome. E em 1880, no II Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos foi



decidido por meio de votação que a linguagem gestual não fosse mais utilizada na educação de pessoas surdas.

Apenas na década de 1950 o método de ensino oral adotado desde o congresso em 1880 passou a ser questionado, principalmente nos Estados Unidos, e em 1960 passaram a surgir estudos sobre as línguas de sinais disseminadas pela comunidade surda. Apenas em 1970 passou-se a utilizar, efetivamente, a linguagem de sinais e, também, a considerá-la a língua própria dos surdos, não sendo mais apenas uma ferramenta de ensino (LACERDA, 1998).

Foi a partir da década de 90, com a Declaração de Salamanca, resultada da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que ocorreu em 1994, que as políticas e diretrizes voltadas para a Educação Especial sofreram mudanças significativas, passando a terem subsídios propositais para inclusão. Na Declaração, é defendido que incluir surdos nas escolas é garantir, também, que estes tenham visibilidade enquanto cidadão.

Podemos citar ainda a Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002, que legitima a Libras enquanto forma de comunicação e expressão e o Decreto de nº 5.626/05, de 22 de dezembro do ano de 2005, que estabelece a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de magistério, entendidos como licenciaturas no geral. Este mesmo decreto, de acordo com Menezes (2006) no Art. 22, incisos I e II, estabelecem uma educação inclusiva para alunos e alunas surdos/as, abrangendo uma modalidade bilíngue desde sua escolarização básica, a fim de garantir aos educandos um ensino de qualidade e acessível; ao mesmo tempo que, prever educadores capacitados para tal modalidade, bem como a presença de intérpretes nas salas de aulas.

Embora conste em forma de Lei, ainda se percebe a defasagem e ausência de professores que suprimam as necessidades que o trabalho com alunos com surdez exige. A inclusão do componente de Libras nos cursos de licenciatura foi um grande passo dado rumo a inclusão, mas dado o curto tempo de duração, não é suficiente para atender a formação plena de um educador de alunos surdos. Se faz necessário garantir a formação continuada desses profissionais para que sua atuação em sala de aula seja realmente inclusiva.

## **ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS E A PERSPECTIVA DO LETRAMENTO**

Primeiramente, é preciso apontar que as pessoas com deficiência ainda são minoria no Brasil, visto que possuem uma quantidade ínfima de representatividade em níveis governamentais. Esse fator contribui para que se encontre problemas em todos os aspectos da



vida social no que diz respeito a acessibilidade. Um desses aspectos é a educação escolarizante com práticas voltadas para o ensino tradicional.

A pesquisa no campo da educação de surdos e pessoas com deficiência auditiva tem tido alguns avanços nos últimos anos, mas ainda é possível encontrar diversas barreiras na prática escolar. Segundo um dado de 2008 do IBGE, 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva<sup>4</sup> em baixo ou em alto nível. Em todas as classes, etnias e faixas etárias, representa 5,2% da população geral. Destes 2,6 milhões são surdos. Esses dados são alarmantes, tendo em vista que, apesar de ser considerada uma quantidade considerável da população brasileira, ainda há pouco progresso em relação a educação desses, que é um direito garantido constitucionalmente.

Em 2006 foi criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência<sup>5</sup>, que inclui aos surdos e os deficientes auditivos, várias medidas que garantem o acesso do deficiente a várias tarefas do seu dia a dia.

A legitimação do direito à uma educação acessível para pessoas com surdez e deficiência auditiva deixa implícito também o direito à alfabetização que seja compatível com as necessidades individuais desses. Uma das principais problemáticas é a falta de formação adequada para os estudantes de licenciaturas no geral, o que acaba por gerar o transtorno de existir diversos profissionais que não conseguem, por ignorância, adaptar sua forma de ensino. Na alfabetização de surdos, tal problemática é perceptível quando encontramos professores alfabetizadores que persistem em utilizar o método fônico, ensinando inicialmente o alfabeto, depois a juntar as letras e formar sílabas de acordo com os sons.

O debate a respeito da alfabetização na perspectiva do letramento por vezes tem ignorado a importância de se fazer um recorte para as pessoas com deficiência. Magda Soares (2004) afirma que o surgimento do termo letramento se deu, entre os anos 80, simultaneamente em diversos países, como França, Portugal e, até mesmo, Brasil. Nos Estados Unidos e na Inglaterra o termo já estava presente nos dicionários desde o século XIX, contudo foi também no fim do século XX que o letramento ganhou a devida visibilidade.

A alfabetização passa a ser diferenciada, por alguns autores e teóricos da educação e da linguística, do letramento, no sentido que, respectivamente, um dos é responsável pelo “processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica”

---

<sup>4</sup>Tabela 5718 - Pessoas com deficiência auditiva, total, percentual e coeficiente de variação, por cor ou raça e situação do domicílio. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5718>>. Acesso em 18 de setembro de 2019.

<sup>5</sup>Estatuto da pessoa com deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em 18 de setembro 2019.



(SOARES, 2004, p. 11), enquanto o outro voltasse para aplicação de tais conhecimentos nas práticas sociais.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), assim como alguns autores, não trata diretamente do termo letramento, mas sim de uma “alfabetização num sentido amplo”. Essa seria responsável por garantir que os alunos dos primeiros anos do ensino fundamental não somente leiam e dominem o sistema de escrita alfabético, mas também intervenham, ressignifiquem, apliquem em seu cotidiano social os textos lidos. Sendo, assim, o papel da ação pedagógica proposta é o de “promover condições e oportunidades para que as crianças apreciem e produzam textos que lhes permitam compreender e se relacionar melhor com o mundo em que vivem e consigo mesmas nesse mundo” (BRASIL, 2014, p. 27).

A partir do que foi posto, é concebível realizar questionamento sobre como seria o letramento para pessoas com deficiência auditiva ou surdez. Infelizmente ainda há poucas discussões que relacionam a abordagem e a deficiência citada. Por isso, para melhor discutir sobre os desafios didáticos de ir além de metodologias tradicionais de alfabetização, entrevistamos um professor alfabetizador de crianças com surdez da cidade de Campina Grande/PB.

## **RECURSOS E METODOLOGIAS DIDÁTICAS PARA PESSOAS SURDAS**

Realizamos uma entrevista com um professor graduado em Pedagogia, residente da cidade de Campina Grande/PB, que ministra aulas para crianças com surdez há cerca de quatro anos, com o intuito de entender, a partir da visão de um profissional atuante no processo de alfabetização, quais os melhores recursos e metodologias a serem utilizadas com estes alunos com as necessidades específicas citadas.

Foi solicitado ao professor entrevistado que falasse um pouco sobre a Libras e a sua importância no ensino de crianças com deficiência auditiva, assim como os recursos e metodologias usadas pelo mesmo em seu cotidiano e os desafios encontrados.

Sobre a Libras o professor respondeu:

A língua brasileira de sinais ou Libras é a língua oficial usada na comunicação de deficientes auditivos e surdos no Brasil. A Língua de Sinais tem suas especificidades e, assim como a língua portuguesa, possui gramática, fonética, sintaxe e afins (Entrevista com o alfabetizador, 13 de Outubro de 2020).



A autora Gediel (2010) afirma que a Libras permite ao deficiente auditivo a socialização. Segundo a autora, os indivíduos com surdez ganham, a partir da Língua de Sinais, a possibilidade de “ter acesso a uma estruturação sintática e morfológica de uma língua” (GEDIEL, 2010, p.24).

Ainda de acordo com Gediel (2010), a Libras seria para o surdo brasileiro a sua língua materna. O português sua segunda língua. O português, para o surdo, é apenas como uma língua instrumental, ou seja, usado para a escrita. E, ainda assim, a escrita deste não será igual à de um ouvinte, porque dentro da Língua de Sinais não há muitos dos conectivos e também não há flexão de verbos. Por exemplo, a frase ‘eu vou à escola’ para um surdo ficaria ‘eu ir escola’.

Sobre a alfabetização, o entrevistado afirmou que a Língua Portuguesa é instrumental para os surdos, então não deve ser tomada como primeiro passo na alfabetização. Para ele, os sinais da Libras que remetem ao cotidiano dos alunos devem ser aprendidos primeiros. Explicou que poucas crianças chegam à escola sabendo algum sinal, pois a própria família desconhece.

A realidade familiar foi apontada pelo entrevistado como um ponto importante a ser analisado. Por se tratar de uma escola pública, a maior parte das famílias que matriculam seus filhos não tem boa estrutura financeira, trabalham em zona rural durante praticamente todo o dia e não possuem tempo para destinar a um curso de Libras para, assim, auxiliar na formação dos filhos, acabando por, muitas vezes, se comunicar através de mímica ou evitar diálogos longos.

O entrevistado afirma que poucos pais têm resistência em aprender, apesar de terem pouco tempo disponível, ou querer que seus filhos aprendam a Libras, haja vista que a própria escola faz um trabalho contínuo para manter o vínculo entre o campo escolar e a família. O que apontou como delicado foi a própria falta de materiais acessível disponibilizados pela Secretaria de Educação do município. Completou que a maior parte de materiais que são produzidos por editoras para serem distribuídos nas escolas geralmente não servem para as pessoas surdas, pois possuem uma escrita e uma fonética que não lhes são compreensíveis.

Outro problema apontado pelo entrevistado foi a falta de ilustrações nos referidos materiais didáticos. Ele aponta que a pessoa com surdez aprende a partir do que observa, para que assim seja possível vincular o que está aprendendo com sua realidade.

O papel do professor na adaptação dos materiais didáticos também é apresentado pelo professor:



É importante constatar que o professor que ensina para crianças surdas precisa trabalhar de uma maneira única, pois este terá que adaptar os materiais para que as crianças consigam compreender os conteúdos e consigam ser alfabetizadas e letradas, tanto na língua de sinais como na língua portuguesa (Entrevista com o alfabetizador, 13 de Outubro de 2020).

O profissional afirma que existem livros e apostilas que foram desenvolvidas por interpretes, por pessoas com surdez, por pais de pessoas com a referida deficiência e por pesquisadores da área. Estes materiais fazem um maior uso de imagens, assim como adaptam a escrita de forma que o aluno com surdez consiga interpretar o texto escrito fazendo associações com os sinais e gravuras apresentadas.

Como esses materiais acessíveis não chegam à escola que o profissional trabalha, os professores alfabetizadores elaboram seus materiais junto com as crianças. Ele mostrou imagens de materiais que foram produzidos em sala com os alunos, nos quais estavam plastificadas fotos de alunos da própria instituição reproduzindo sinais referentes objetivos, localizações, animais. A palavra interpretada sempre escrita abaixo da imagem. Assim, segundo ele, o aluno além de compreender escrita alfabética, participa do processo de ensino-aprendizagem.

As tecnologias são um suporte para os alunos com deficiência auditiva, pois, segundo o entrevistado, ajudam o aluno a desenvolver a escrita de sinais. O termo inglês para a referida escrita é SignWriting e, de acordo com o professor, se faz a partir de representações das sinalizações. O mesmo afirmou estar trabalhando com seus alunos a escrita de sinais, apesar da quantidade reduzida de computadores da instituição.

Para Stumpf (2005), autora e deficiente auditiva, a escrita de sinais é de suma importância, pois os surdos, assim como ela, têm dificuldade em escrever na língua portuguesa em primeiro momento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das análises apresentadas na pesquisa, constatamos que ainda existem muitas dificuldades a serem superadas na alfabetização de surdos e na difusão da Libras, bem como para a inclusão da comunidade surda em nossa sociedade.

É perceptível que apesar de haver Leis e Decretos nacionais que garantem e assegurem a inclusão de alunos com deficiência auditiva e surdez em escolas municipais, estaduais e



federais, a realidade se mostra contrária. Devido à carência de profissionais capacitados e ausência de formação continuada, o trabalho de alfabetização com a Libras tem ficado às margens das dificuldades encontradas.

Ao tratar dos materiais que atendam às necessidades da comunidade supracitada, percebeu-se a ausência de uma acessibilidade nos materiais disponibilizados pela Secretária de Educação do município. O profissional entrevistado aponta que os poucos materiais que adentram a escola se mostram ineficazes para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com surdez.

Porém, apesar das dificuldades educacionais, estruturais e financeiras que atingem o nosso ensino público, ainda há profissionais que utilizam da criatividade para suprir as carências aludidas. As tecnologias digitais têm auxiliado os professores a atingir uma melhoria na qualidade da educação dos alunos surdos ou deficientes auditivos, amparando a problemática da falta de recursos disponibilizados pelas Secretarias de Educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: Apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2014. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/antoniomaucio/files/2017/11/0\\_Apresenta%C3%A7ao\\_pg001-072.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/antoniomaucio/files/2017/11/0_Apresenta%C3%A7ao_pg001-072.pdf). Acesso: 24/09/2020.

GEDIEL, Ana Luisa. (2010). **Falar com as Mãos e Ouvir com os Olhos?** A corporificação dos Sinais e os significados dos corpos para os Surdos de Porto Alegre. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS.

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, set. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 22/09/2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. SANTOS, Thais Helena dos. "**LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)**" (**Verbetes**). Dicionário Interativo da Educação Brasileira. Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: [faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_2001.pdf](http://faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf). Acesso em: 26/09/2020

SOARES, Magda Becker, (2004). Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, nº 25, p. 5-17, jan-abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso: 26/09/2020.



SOARES, Maria Aparecida Leite. **Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Autores associados, 1999.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo Sistema SignWriting**: Línguas de Sinais no Papel e no Computador. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Informática na Educação, Porto Alegre, 2005.